



A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL EM PROL DO FORTALECIMENTO DOS TRABALHADORES ENQUANTO SUJEITOS DO SEU PROCESSO DE TRABALHO

Lilia Candella de Oliveira Pinheiro¹

Luciana Aparecida Souza²

Resumo: O presente estudo pretende abordar a atuação do Serviço Social na Política de Educação Superior com vistas a potencializar a ação dos trabalhadores enquanto sujeitos do seu processo de trabalho podendo *contribuir para a sua valorização enquanto sujeito ativo e participativo não só da construção deste processo, mas na formulação de ações que revertam às determinações do trabalho que geram desigualdade e sua subordinação ao capital.*

Abstract: The present study pretends to tackle the performance of the Social Service in the Politics of Upper Education with seen to make potent the action of the workers while subject of his process of work being able to contribute for his to value while subject active and participatory no only of the construction of this process, but in the formulation of actions that revert the determinations of the work that generate inequality and his subordination to the capital.

Keywords: Trabalho; Educação; Alienação e Emancipação.

¹ Mestre. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro(UNIRIO). E-mail: canoli@globo.com

² Bacharel. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro(UNIRIO). E-mail: lusouza07@yahoo.com.br



I. INTRODUÇÃO

Trataremos neste texto o papel social da Educação a partir da centralidade da categoria Trabalho; as possibilidades e os desafios para caminhar rumo à construção de uma nova forma de sociabilidade e a atuação do assistente social na Educação Superior, na área de Recursos Humanos. O Serviço Social/DRH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio, no decorrer dos últimos anos e em conformidade com as transformações ocorridas historicamente na profissão, vem firmando uma série de mudanças sobre suas diretrizes e ações que coadunam com o reordenamento do papel deste serviço na instituição. Dentre elas, destaca-se o reconhecimento de que somente uma equipe multidisciplinar é capaz de ampliar as possibilidades de atendimento integral às necessidades dos trabalhadores. Para tanto, tem sido proposta a criação de um “Serviço de Acompanhamento e Análise do Processo de Trabalho”, com a consequente extinção do atual “Serviço de Serviço Social DLB/DRH”. Dessa forma, a construção de uma “Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas” vem ratificar e dar impulso às transformações em curso do serviço em questão.

Dito isto, pretende-se abordar neste texto: Trabalho, Educação e Ser Social - o Trabalho como princípio educativo; Trabalho alienado/trabalho no capitalismo - A exploração e opressão do/pelo trabalho; A atuação do Assistente Social na área de Recursos Humanos em uma Universidade Pública Federal e suas possibilidades de intervenção.

II. TRABALHO E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E HISTÓRICOS

Iniciemos apontando o trabalho como um processo entre homem e natureza em que este, por sua ação, media e controla a transformação da natureza orientada a um fim já por ele idealizado.

O ato de transformação da natureza pelo homem é voltado à geração de produtos necessários a sua vida e tal produção está atrelada ao seu potencial em trabalhar, ou seja, sua força de trabalho. Afirmar que o trabalho define a essência humana significa dizer que não é possível o homem viver sem trabalhar, já que não



tem a sua existência garantida pela natureza – só pode existir se for capaz de se reproduzir.

É na existência dos homens que se descobre o que o homem é. Nesse sentido, o homem se forma homem na medida em que o trabalho se desenvolve, aprofunda e complexifica ao longo do processo histórico. Portanto, ao mesmo tempo em que ele precisa aprender a ser e se produzir homem, ocorre a sua formação. Ou seja, é um processo educativo.

Segundo Iasi (2010), o trabalho imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, altera a natureza e acaba agindo sobre o próprio sujeito do trabalho, pois ao alterar a natureza e produzir bens necessários, os seres humanos produzem novas necessidades, novas situações, novas relações sociais, novos conhecimentos e habilidades, além de criarem instrumentos e meios de trabalho que passam a ser necessários e tem que ser produzidos – por isso o trabalho é fundante do ser social!

A satisfação de necessidades e a própria produção da vida material caracterizam o trabalho como primeiro ato histórico do ser humano, onde este conhece todas as etapas do processo produtivo. Deste modo, podemos apontar que o trabalho enquanto atividade humana sempre existiu, porém ao longo do processo histórico de transformação da sociedade e de suas formas de organização, alteraram-se as formas de delinear os elementos constitutivos do processo de trabalho para o trabalhador. Diante disso, nos perguntamos: *O que há na forma particular do processo de trabalho subsumido ao capital que poderia inverter a característica do trabalho?*

O trabalho na lógica capitalista de produção perde suas características originais percorridas por Marx, já que produtos de trabalhos diferentes se encontravam como meros valores de uso diferentes para a satisfação de necessidades diversas. Independente da existência de uma divisão técnica do trabalho, tanto os meios de produção quanto os produtos distintos do trabalho retornavam ao trabalhador como bens comuns. Já na sociedade capitalista, o produto do trabalho perde as características materiais e as propriedades sociais, assumindo a relação entre os homens uma forma fantasmagórica de relação entre produtos privados (Iasi, 2010).

O trabalho segue sendo uma atividade para um fim, porém esta finalidade não é mais determinada por aquele que trabalha, mas pelos proprietários dos meios de produção. Nesse movimento, o homem passa a ser apenas mais um elemento



material do processo de trabalho, assumindo um papel coisificado. Esse sistema de produção da sociedade capitalista pauta-se na propriedade privada, onde uma classe produz para a outra que a subjuga, estabelecendo-se o antagonismo entre as classes. Ou seja, sustenta-se nas desigualdades da apropriação dos meios de produção e de riqueza, produzindo e reproduzindo as condições necessárias ao processo de acumulação incessante do capital.

O trabalho passa a ser privilegiado como atividade principal, porém, não mais como atividade criativa, explicitadora de potencialidades humanas e sim como simples meio de produzir mercadorias e gerar lucro. *Desse modo, o trabalho convertido em meio de dominação e exploração passa a ser visto como uma unidade opressora e parte da necessidade de quem o controla.*

Dentro desse viés, é importante questionar *qual seria a função da educação nessa dinâmica societária?*

Em primeira ordem, não podemos perder de vista que para pensar a educação no processo de transformação social é preciso buscar a centralidade do trabalho como constitutivo da humanidade. Isso significa que do ponto de vista histórico e ontológico, ao modificar e transformar a natureza, o homem aprende algo com a natureza e sobre si mesmo, constituindo-se um processo educativo. Nas palavras de Saviani (2007: 154), “Os homens aprendiam a produzir sua existência no próprio ato de produzi-la. Lidando com a natureza, relacionando-se uns com os outros, os homens educavam-se e educavam novas gerações”.

O segundo aspecto relevante a ser considerado trata-se do fato de que por não estar dissociada do trabalho, a educação na sociedade capitalista, junto com outras dimensões da vida em sociedade, “obedece” às necessidades desse modo de produção e sob a forma de processos educativos atua nas formas reprodução e continuidade de um modo de ser.

Nesse contexto, é através do Estado que, na sociedade capitalista, cumpre-se a tarefa educativa que assegura a sociabilidade burguesa, permitindo que o indivíduo seja forjado de acordo com a necessidade do capital.

Entendendo que o Estado se apresenta como uma instância reguladora da vida social, intervindo na vida cotidiana, mostra-se acima das classes e representante do povo, porém surge como uma das necessidades de assegurar o domínio burguês e a



sua hegemonia, através de mecanismos coercitivos (aparelho jurídico) e consensuais (educação).

III. AS POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Nesse contexto até aqui apresentado, o assistente social participa da lógica contraditória de reprodução desta sociedade, constituindo-se em uma das ferramentas de estabelecimento de consensos. De acordo com Almeida e Alencar (2011:165) “o trabalho do assistente social na área de educação também compõe parte deste amplo processo de estabelecimento de consensos sociais, tendo em vista ser esta uma das mais centrais funções da política de educação no âmbito cultural”.

Tal característica está na raiz contraditória de constituição do Serviço Social nesta sociedade, visto que depende das condições institucionalizadas pelas políticas sociais para exercer seu trabalho, ao mesmo tempo em que pode atuar junto ao movimento reivindicatório e de luta em prol dos interesses do proletariado, indo além da intervenção voltada ao controle social, para qual sua atividade é requisitada na divisão sócio-técnica do trabalho.

A partir dos anos 1970 e 1980, a necessidade de flexibilizar o modo de produção superando o padrão fordista e assegurando o consumo, aprofundaram as características de desumanização do trabalho. Trata-se de um novo modo de produção capitalista baseado no argumento de modernização dos processos e racionalização das atividades, monta-se o seguinte quadro: intensificação do ritmo de trabalho; redução do quadro de trabalhadores; sobrecarga de trabalho; necessidade de trabalhadores polivalentes; sobrecarga de trabalho; robotização das atividades; fluxos fechados e inquestionáveis e aumento da produtividade, dentre outros fatores que provocam profundos impactos na subjetividade da classe trabalhadora, requisitando outro tipo de trabalhador.

Trazendo tal abordagem para a realidade do serviço público e mais especificamente na Universidade, dentre as modificações realizadas, ressaltamos os seguintes fatores que dizem respeito ao processo de trabalho: os baixos salários, a falta de recursos financeiros para a realização das atividades, os espaços físicos inadequados, o quadro de trabalhadores extremamente reduzido, a sobrecarga de



trabalho, as relações hierárquico-institucionais deterioradas, a terceirização de seus serviços, o aprofundamento da precarização da Política de Educação também, a partir implantação de um Plano de Reestruturação da Universidade (REUNI) e, atualmente, a busca pelo repasse da Gestão Pública dos Hospitais Universitários, através da institucionalização da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

No caso do Brasil, o processo de reestruturação do processo produtivo interferiu diretamente nas formas de gerenciar a força de trabalho, reconfigurando a pedagogia da hegemonia e a forma de tornar consenso. A lógica da gestão empresarial impõe-se sobre as instituições públicas, forçando-as a adotar modelos de organização e controle do trabalho incompatíveis com a natureza de sua atuação, enquanto espaço a serviço do interesse coletivo. Estabelecem-se, assim, formas de gestão do trabalho que camuflam instrumentos de controle sobre a afetividade dos sujeitos, utilizando-se de processos de dominação que mesclam insegurança, sujeição e individualismo.

O estranhamento e o distanciamento do indivíduo quanto à finalidade de seu trabalho é uma das consequências desta forma de gestão do trabalho, que acabam por interferir no papel do sujeito que trabalha, transformando-o em mais um elemento material do processo de trabalho. O atendimento aos servidores da Unirio e a sistematização da intervenção profissional permitiram ao Serviço Social/DRH o conhecimento de algumas características³ referentes a este distanciamento no cotidiano de trabalho na Universidade. Dentre elas podemos destacar: as atribuições de cada setor e funcionário não estão bem definidas; não há procedimentos de trabalho claros e precisos; há poucos momentos de planejamento conjunto ou reuniões de equipe; conflitos interpessoais são gerados, na maioria dos casos, em função de discordâncias entre os servidores quanto aos procedimentos de trabalho adotados. A insatisfação dos trabalhadores manifesta-se muitas vezes por meio de questões como o desgaste e deterioração das relações de trabalho, numerosos afastamentos médicos, casos de exoneração e mudança de setor e de instituição, dentre outras.

As consequências práticas desta realidade, geralmente não identificadas de forma imediata pelo trabalhador no seu cotidiano de trabalho, perpassam pela

³ Além das informações identificadas durante os atendimentos, o setor realizou uma atividade chamada Projeto Piloto com um grupo de servidores onde foi possível detalhar tais características.



desmotivação, sentimento de improdutividade, sofrimento e deterioração da saúde física e psíquica deste trabalhador, já que o mesmo não percebe sentido no que está sendo chamado a realizar.

O Serviço Social/DRH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no decorrer dos últimos anos e em conformidade com as transformações ocorridas historicamente na profissão, vem firmando uma série de mudanças sobre suas diretrizes e ações que coadunam com o reordenamento do papel deste serviço na instituição. Dentre elas, destacam-se: (I) a redefinição das ações do Serviço, cujo objetivo principal é potencializar as ações dos trabalhadores enquanto sujeitos do seu processo de trabalho, através de atividades que incitem a reflexão sobre a organização, condições e relações de trabalho e a formação política; (II) e o reconhecimento de que somente uma equipe multidisciplinar é capaz de ampliar as possibilidades de atendimento integral às necessidades dos trabalhadores, o que fundamentou a convocação de uma pedagoga e a solicitação de um psicólogo para o setor no ano passado.

A proposta tem por premissa a ruptura com abordagens pontuais e individualizantes sobre os problemas ocorridos no trabalho, que tendem a culpabilizar o indivíduo. Entendendo que a falta de identificação e a insatisfação com o trabalho estão correlacionados muito mais com questões maiores e estruturais do que com problemas de ordem pessoal. Dessa forma, ao perceberem que a culpa pelas dificuldades não cabe exclusivamente aos sujeitos singulares, mas que, ao contrário, está ligada à forma por meio da qual o trabalho se organiza e as condições para execução das suas atividades nesta sociedade.

Para tanto se torna imprescindível ao trabalhador identificar os elementos que configuram as condições, organização e as relações de seu trabalho para que seja possível ao mesmo ser sujeito participativo e transformador do seu processo de trabalho.

Desta forma, pretendemos estimular esse conhecimento para que os trabalhadores possam modificar o seu processo de trabalho e analisá-lo a partir de uma perspectiva de totalidade e de um movimento dialético. Ou seja, para que façam avaliação de como as questões mais gerais, que dizem respeito à configuração do processo de produção capitalista, incidem sobre a particularidade do seu trabalho e,



de outro modo, como essas questões singulares analisadas e modificadas podem alterar elementos universais.

Torna-se imperioso trabalhar na Universidade, e nas diversas áreas de atuação, com a formação de indivíduos comprometidos com a luta para a construção de uma nova forma de sociabilidade, um novo projeto político que confronte a hegemonia e traga uma possibilidade de transformar as relações sociais vigentes. Estabelecer práticas educativas com os trabalhadores que caminhe rumo a um outro estágio de consciência e mobilização, ampliando a condição de elaboração cultural e visão de mundo própria da classe trabalhadora. De acordo com Tonet (2005), a finalidade das atividades educativas deve estar alinhavada com importantes aspectos: 1) Analisar o processo histórico-social real em suas diversas dimensões, conhecendo como se constitui a forma capitalista da sociabilidade, a natureza da crise e os rebatimentos sobre a realidade; 2) Compreender que a dimensão social educativa não pode ser vista isolada das outras inerentes ao trabalho; 3) Estabelecer articulação com as lutas sociais desenvolvidas pelas classes subalternas e não apenas com a cidadania.

IV. CONCLUSÃO

Ao considerarmos o trabalho como uma atividade vital de criação, um ato reflexivo (de pensar o que e como produzir), gerador de valores-de-uso, acreditamos que, quanto mais contribuirmos para a consciência e emancipação dos sujeitos e ainda, para os questionamentos concernentes à luta de classes, fortaleceremos a luta pela conquista do trabalho como uma ação libertadora. O que vai à contramão da venda da força de trabalho na qual a classe trabalhadora está submetida, em que a atividade trabalho pode ser definida como: complexa, social e combinada, geradora de sofrimento, alienação e estranhamento. Conforme descreve Antunes (1995) o trabalho é uma transformação não só de objetos, mas do próprio trabalhador, e, nesse sentido, um movimento dialético de exploração/alienação e de criação/emancipação.

O cuidado que se deve ter é ir além de uma educação que contribua para formar indivíduos como cidadãos críticos que participem ativamente do processo social, através do estabelecimento de formas democráticas de gestão. Ultrapassar a perspectiva de educação cidadã – expressão e condição da reprodução da



desigualdade social - já que não prevê em sua construção a extinção da propriedade privada, do capital e suas categorias como o trabalho assalariado, mais-valia, valor de troca, mercadoria e etc. Pelo contrário, mantém em seu ofício a compra e venda da força de trabalho - ato fundante da sociabilidade capitalista - necessariamente geradora de desigualdade e de uma relação de subordinação do trabalho ao capital. Trata-se de uma forma cidadania limitada, alienada e com liberdade parcial, que não superam a exploração do trabalho e não forjam mudanças no modo de produção.

Para tanto, o pano de fundo de toda e qualquer forma de ação que venhamos a ter, deve estar sustentado na reversão destas determinações que geram o trabalho estranhado, totalmente alicerçado na forma particular de produção e de relações sociais próprias à ordem do capital e ao domínio burguês.

Sabemos que incentivar a reflexão sobre o processo de trabalho - associando às questões de ordem econômica, políticas e sociais, sociabilizando conhecimentos que permitam uma análise crítica da realidade - aliado a intenção de fortalecimento da organização da classe pode ser uma estratégia de enfrentamento. No entanto, também entendemos que são estratégias limitadas já que todo trabalhador está mergulhado, doutrinado e mecanizado pela lógica da sociabilidade capitalista, passando por constantes processos educativos vinculados a essa proposta. E, portanto trabalhar dessa forma no espaço da UNIRIO, não garante a transformação societária.

Devemos estar atentas para *instaurar crise no estabelecimento do consenso* e contribuir com o processo de tomada de consciência da classe trabalhadora. Em um processo contrário à lógica de adestramento do trabalhador, vivemos na Unirio experiências de atuação onde a dimensão político-pedagógica do assistente social ganha destaque e torna-se ferramenta fundamental para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, N. L. T.; ALENCAR, M. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.



IASI, M. L. **Trabalho: emancipação e estranhamento?** In: SANTANA, R. (Org.). O Averso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador. Expressão Popular, 2010, p. 63-82.

MARX, K. **O Capital**. Livro I. Capítulo V. São Paulo, Nova Cultural, 1988.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, nº 34, jan./abr., 2007.

TONET, I. **Educar para a cidadania ou para a liberdade?** Florianópolis: Perspectiva, v. 23, n.02, jul./dez., 2005.